



IBAMA: Preservação ambiental é dever de casa para todos os brasileiros

EDUARDO MARTINS, presidente do IBAMA

Entrevista concedida a
Lucas Tadeu Ferreira e
Maria Fernanda Diniz Avidos

A Constituição de 1988 foi um passo determinante para a formulação da política ambiental brasileira. Pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação. Em 22 de fevereiro de 1989, como resultado desse avanço no panorama ambiental brasileiro, nasceu o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Resultado da fusão de quatro órgãos: a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha - SUDHEVEA, esse Instituto foi criado para solucionar os problemas ambientais do país. Missão quase impossível, na visão do atual Presidente do Ibama, Eduardo Martins, já que além de sua enorme dimensão territorial, o Brasil é o detentor da maior biodiversidade do Planeta. Hoje, de forma bem diferente da origem, a preocupação é focar e delimitar a atuação do Ibama na política ambiental brasileira nas áreas de responsabilidade do Governo Federal, o que significa zelar pela qualidade ambiental do mar territorial, dos rios federais e do sistema de unidades de conservação (parques e reservas florestais), além de controlar o trânsito nos aeroportos, para evitar a entrada de produtos ou empreendimentos que possam gerar problemas ambientais. Em entrevista concedida à revista **BIOTECNOLOGIA, Ciência & Desenvolvimento**, no dia 14 de maio, Eduardo Martins falou sobre as prioridades de atuação do Ibama na política ambiental brasileira. Além dos instrumentos de fiscalização e controle, sistematicamente utilizados pelo Instituto para reduzir os riscos à nossa biodiversidade, ele destacou que os instrumentos econômicos também têm importância fundamental para o êxito das ações preservacionistas. Esses instrumentos estão inseridos dentro do que se convencionou chamar de "protocolo verde", uma tentativa de fazer com que a atividade econômica interaja com a questão ambiental. O melhor aproveitamento dos recursos biológicos da Amazônia, de forma sustentada, é também uma meta do Governo Federal para os próximos anos. Um passo decisivo nesse sentido foi a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia que, em breve, estará iniciando suas atividades em Manaus, com um corpo técnico altamente capacitado e especializado. Outro ponto ressaltado pelo Presidente do Ibama foi a educação ambiental. Segundo ele, o problema ambiental, inclusive o amazônico, deveria ser encarado como dever de casa por todos os brasileiros. Esses e muitos outros pontos interessantes, como a polêmica "biopirataria" e a nova Lei das Penalidades e Sanções Ambientais, que confere ao Ibama mais autoridade para fiscalizar e punir os crimes contra a natureza, foram abordados por Eduardo Martins durante sua entrevista. Aliás, a preocupação com a questão ambiental sempre norteou a vida desse paulista, nascido em São José do Rio Preto. Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília - UnB e mestre em ecologia, pela mesma Universidade, Eduardo teve sua carreira voltada para assuntos ambientais, especialmente da Amazônia, desde 1983, quando trabalhou no Projeto Rondon para Assuntos da Amazônia. De lá para cá, ele atuou como pesquisador no Museu Paraense "Emílio Goeldi", Diretor do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Instituto de Meio Ambiente do Acre, Coordenador do Programa Brasil do WWF - Fundo Mundial para a Natureza e do GTA - Grupo de Trabalho Amazônico, além de Secretário-Adjunto da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República. É importante ressaltar que essa é a segunda passagem de Eduardo Martins pela Presidência do Ibama - a primeira foi no período de 1990 a 1992. Por toda a sua experiência no cenário ecológico, vale a pena conferir a entrevista, e conhecer as medidas que o Governo Brasileiro vem adotando para enfrentar o enorme desafio de preservar a nossa megabiodiversidade e desenvolver mecanismos de manejo sustentado para aumentar a produção de alimentos. Vejam a seguir:

BC&D - Qual é a missão institucional do Ibama?

Eduardo Martins - Na sua origem, o Ibama foi criado para fazer tudo, em todos os lugares ao mesmo tempo. Ou seja, era uma missão mais para semideuses do que para pessoas. Diante das dimensões territoriais do Brasil, era uma missão não apenas impossível de cumprir, como principalmente de gerenciar. Hoje, a nossa preocupação é focar e delimitar a atuação do órgão na política ambiental brasileira, naquilo que é responsabilidade da área federal, o que é muito diferente da origem do ponto de vista de missão. Para tornar mais compreensível, isso significa cuidar do mar territorial - daquela faixa de litoral que pertence à União -, da qualidade ambiental dos rios federais, do sistema de unidades de conservação federal (parques e reservas), do que entra e sai dos aeroportos que podem gerar problemas ambientais e, por último, do licenciamento de produtos ou empreendimentos que tenham impacto regional ou nacional.

BC&D - Através de que instrumentos, o Ibama cumpre essa missão?

Eduardo Martins - Na realidade, nós trabalhamos com os instrumentos tradicionais da gestão ambiental e, atualmente, temos tentado incluir alguns mais heterodoxos. Nós trabalhamos com instrumentos que chamamos de comando e controle, o que significa, por exemplo, fixar limites para ações normatizadas através de concessões e licenciamentos de projetos ambientais. Temos também o poder de polícia e além disso desenvolvemos um sistema que pode-se chamar de monitoramento ambiental, através de sensoriamento remoto por satélites e redes de computadores, que ainda é pouco utilizado no Brasil. Temos ainda feito um enorme esforço para criar instrumentos econômicos que vão além desses instrumentos de comando e controle. Esses instrumentos econômicos estão inseridos dentro do que nós convençionalmente chamamos de "protocolo verde", que é uma tentativa de fazer com que a atividade econômica interaja com a questão ambiental. Nós temos tido relativo sucesso ao introduzir a questão ambiental na política fiscal e tributária. Por exemplo, o Imposto Territorial Rural - ITR está hoje "ambientalizado", o que significa dizer que as pessoas que preservam suas

áreas não são mais penalizadas pela Receita, como antigamente quando eram consideradas improdutivas. A questão hoje está equacionada e já temos uma resposta significativa dos contribuintes. Dos 3,5 milhões de pro-



priedades registradas, mais de dois milhões declararam o ITR, o que permite fazer um amplo monitoramento ambiental das propriedades rurais. Temos feito também um esforço significativo com o Banco do Brasil para redução do consumo de agrotóxicos, com base numa avaliação feita pela

"O problema ambiental, inclusive o amazônico, deve ser encarado como dever-de-casa. Se houver cooperação internacional, ótimo, mas não podemos contar só com ela"

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa que demonstra que o uso intensivo desses produtos aumenta o custo da produção agrícola no Brasil. Enfim, todas as instituições que praticam créditos oficiais hoje procuram melhorar o desempenho ambiental de suas atividades. Outro

instrumento importantíssimo é o esforço que o Brasil tem feito para o cumprimento dos acordos e convenções internacionais de preservação ambiental, embora muitas vezes os outros países envolvidos não façam o mesmo.

BC&D - Quais são hoje, no Brasil, as áreas prioritárias de atuação do Ibama e por quê? O senhor poderia explicitar, por exemplo, quais são os projetos do seu Instituto para a Amazônia, a Caatinga, os Cerrados e a Mata Atlântica?

Eduardo Martins - As áreas de responsabilidade do Ibama são aquelas de domínio da União. Nós sofremos uma pressão muito grande para intervir na Amazônia, Mata Atlântica e no Pantanal. Hoje, o Governo Federal investe cerca de US\$ 400 milhões no Pantanal, o que representa a maior parte dos recursos destinados à preservação ambiental. Essa pressão é decorrente da percepção que a sociedade brasileira tem a partir do que é divulgado pela mídia, que por sua vez é influenciada pelo exterior. A nossa agenda ambiental é "verde" demais, quando na realidade deveria ser verde, azul e marrom. Isso se deve à forte pressão que vem de fora. Nós temos que parar com essa reatividade de colonizados. É legítima a preocupação que vem do exterior, mas essa legitimidade não é efetiva para mudar a nossa realidade. Em primeiro lugar, porque o alcance que os outros países têm da nossa realidade é parcial. E, segundo, porque a preocupação externa não consegue ser estável e nós não vamos conseguir fazer no Brasil uma gestão ambiental sem estabilidade. Isso sinaliza para o seguinte: o problema ambiental, inclusive o amazônico, deve ser encarado como dever-de-casa. Se houver cooperação internacional, ótimo, mas não podemos contar só com ela. Por exemplo, o Programa Piloto, financiado pelo G7 - grupo dos sete países mais ricos do mundo - que foi concebido com US\$ 1,5 bilhão de dólares, depois foi reduzido para US\$ 250 milhões, conseguiu organizar um fundo de US\$ 200, que vem sendo gasto, mas para fechar os US\$ 250 milhões, está com muita dificuldade. Isso porque quase 60% desses recursos eram provenientes da antiga Alemanha, que interrompeu o fluxo de recursos para solucionar os problemas internos, em função da queda do Muro de Berlim. O fato de a agenda externa nos orientar mais para a questão do "verde" é um equívoco. A

"agenda marrom", que envolve os problemas urbanos, atinge 80% da população brasileira que está nas cidades. Nesse contexto, o problema ambiental mais importante é o urbano. Outro ponto importante que o Ibama vem enfrentando é a gestão dos recursos hídricos, conhecida como "agenda azul", que tem representado um avanço para a solução dos problemas ambientais, com a introdução dos conceitos de gestão de bacias, de gestão baseada nos usuários e de valoração desses recursos.

BC&D - Existem, no nosso país, várias Organizações Não-Governamentais - ONG's atuando na preservação do meio ambiente. Em que pontos essas ONG's se assemelham, diferem ou interagem com o Ibama?

Eduardo Martins - As ONG's cumprem um papel fundamental de controle social, que é de extrema importância para a consolidação do nosso processo democrático. Nesse sentido, nós tentamos colocar as "vísceras" à vista, ou seja, sermos o mais transparente possível, já que está mais do que demonstrado que a representação democrática baseada na lógica representativa não é suficiente para fazer uma democracia funcionar. A democracia participativa é fundamental e, aliás, está incluída na nossa Constituição. As ONG's são uma das expressões dessa participação. Além das críticas e do controle social que fazem sobre o Ibama, muitas vezes elas atuam como nossas parceiras. Hoje temos mais de uma centena de parcerias com essas Organizações, que envolvem campanhas de esclarecimento e preservação ambiental, co-gestão de unidades de conservação, geração de conhecimentos e atendimento de demandas do nosso processo de gestão ambiental. Eu diria que a nossa relação com as ONG's é bastante saudável e se dá num processo de respeito muito grande. Com a morte do ecologista Chico Mendes, houve um "boom" de arrecadação das ONG's. Mas depois da derrocada da União Soviética e da queda do Muro de Berlim, por exemplo, os países desenvolvidos reduziram o fluxo de recursos financeiros para essas entidades, que hoje enfrentam uma grave situação financeira. Isso prova que nós não podemos ter uma estrutura de controle social que seja dependente exclusivamente do fluxo de poupança externa. Na realidade, nós temos que fazer com que o cida-

dão brasileiro mexa no bolso e financie a sua própria expressão de controle social. Nesse sentido, a Dona Ruth Cardoso tem feito um trabalho excelente por estar construindo o "marco legal" para o terceiro setor que cria, entre outras coisas, a possibilidade de o setor privado financiar as Organizações Não-Governamentais.

BC&D - O Governo aprovou, recentemente, a Lei de Penalidades e Sanções Ambientais, que prevê punições rigorosas para os infratores. Quais são exatamente essas penalidades e quais as vantagens dessa Lei?

Eduardo Martins - Essa Lei tem uma dimensão educativa muito grande. Em primeiro lugar, estabelece sanções e penalidades de três naturezas: a civil, que significa reparar o dano causado do ponto de vista coletivo; a criminal, que restringe a liberdade das pessoas e a administrativa, que é a intervenção do Executivo no problema. Um aspecto muito interessante dessa Lei é que se o infrator reparar os danos, cessam

"Vale a pena destacar como curiosidade dessa Lei que o Deputado Luis Eduardo Magalhães teve um papel decisivo para a sua tramitação e aprovação no Congresso Nacional"

todas as outras punibilidades, ou seja, a dimensão civil está acima da criminal e da administrativa. Isso é muito importante porque melhor do que punir é educar. Outro detalhe importante é que o infrator que tiver menos do que quatro anos de punição criminal, pode fazer o que se chama de comutação de pena, ou pena alternativa, prestando serviços à sociedade. Outra forma é

compensar o prejuízo ambiental, através da doação de áreas semelhantes às que foram degradadas. Por essa Lei, só é efetivamente preso quem cometer crimes ambientais que resultem na morte de pessoas. Enfim, a Lei consolida praticamente todas as sanções e punições, envolvendo os recursos naturais como água, fauna e flora, mas também engloba os espaços urbanos. A Lei potencializa muito a gestão ambiental. Por exemplo, antes tínhamos cerca de 50 mil processos somente com áreas de siderurgia e vínhamos perdendo todos porque eram baseados numa portaria do Ibama que, muitas vezes, não encontrava respaldo no meio jurídico por não ter força de lei. Agora, a Lei garante a aplicação das penas e das multas. Além disso, a fixação do valor das multas é superior às vantagens econômicas obtidas pelos infratores. Nós temos a expectativa de que essa Lei vai "pegar", como se diz no Brasil. Primeiro, pelo caráter educativo, do qual já falei. Segundo, em todas as pesquisas de opinião pública, que envolviam a questão ambiental, as pessoas manifestavam o desejo de que os crimes ambientais fossem efetivamente punidos. Em terceiro lugar, o Ministério Público tem sido muito ativo no cumprimento dessa Lei. Outro aspecto interessante da Lei é que não alcança apenas o infrator, mas também quem está do outro lado do balcão, ou seja, as autoridades concedentes e fiscalizadoras. Vale a pena destacar como curiosidade dessa Lei que o Deputado Luiz Eduardo Magalhães teve um papel decisivo para a sua tramitação e aprovação no Congresso Nacional.

BC&D - O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta. Entretanto, 80% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são exóticos. Na sua opinião, de que forma a nossa biodiversidade pode contribuir de maneira mais eficiente para o desenvolvimento da agricultura e oferta de alimentos?

Eduardo Martins - A origem do que nós consumimos tem por base as savanas e isso é contraditório com a nossa lógica, que é uma lógica florestal. Eu acho que não é possível a curto prazo uma mudança de base na nossa produção de alimentos que nos permita articular florestas. Poucas experiências, como por exemplo a do cacau, permitiriam uma revolução com esse alcance. Eu acho que existem muitas

espécies que podem ser aproveitadas como alimento ou como material genético para outras finalidades. O Brasil precisa fazer um esforço bem organizado e estruturado para o melhor aproveitamento da sua biodiversidade. Outro aspecto importante é mostrar aos países que demonstram interesse pela nossa natureza que há necessidade de investimentos na formação de competência nessa área e que a cooperação externa é bem-vinda. É interessante notar que o grau do discurso preservacionista de alguns países, como por exemplo, os Estados Unidos, é inversamente proporcional à ação pragmática. A prova disso é que até hoje não ratificaram a Convenção da Biodiversidade. Nesse sentido, o Governo Brasileiro tomou uma decisão bastante importante com a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, localizado em Manaus. Esse é um espaço concreto para que os outros países possam investir na formação de pessoal e no conhecimento do aproveitamento dos recursos biológicos. Esse Centro vai trabalhar no desenvolvimento e melhoramento de produtos oriundos da floresta, de forma sustentada. Existem três possibilidades de aproveitamento da Amazônia: utilizar as áreas já desmatadas e fazer a reconversão, já que grande parte está abandonada (hoje, mais de 200 mil km² de florestas já foram reconvertidas); exploração massiva com a extração de madeiras, borracha, cipó, pesca etc. Essa exploração massiva tem que ser submetida a regime de manejo e isso precisaria ser organizado em florestas públicas, o que daria a possibilidade de ordenar o uso, estabelecer uma base de concessão e criar uma estabilidade no fluxo de matérias-primas para as indústrias. Hoje, as indústrias de exploração massiva são migrantes, ou seja, exploram, vão embora e deixam como saldo, desemprego e devastação. O pior é que prejudicam a floresta, com a qual a população estava acostumada a conviver. A outra possibilidade é a utilização da biotecnologia que, apesar de ser a mais importante, também é a mais complexa, por depender de mais investimentos e competência. Eu acho que o Brasil deve ser mais agressivo e assumir uma postura no cenário internacional de romper com a hipocrisia que vem sendo repetida há muito tempo. O discurso da sustentabilidade é o da conveniência diplomática, que muitas vezes não revela a verdadeira dimensão dos interesses econômicos.

BC&D - O Centro de Biotecnologia, que o senhor mencionou, está vinculado a que órgão?

Eduardo Martins - O novo Centro será vinculado aos Ministérios do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia e faz parte do Programa de Biotecnologia da Amazônia - Probem. Esse Programa tem como objetivo principal a busca, avaliação, caracterização, "screening" e disponibilização de materiais da natureza para pesquisa e aproveitamento industrial. Recentemente, foi lançada a pedra fundamental desse Centro em Manaus. Através desse Centro, pretende-se viabilizar o surgimento de indústrias de biotecnologia na Amazônia. O Probem faz parte do "Brasil em Ação" - programa do Governo Federal que contempla todas as suas áreas estraté-

"Nós sabemos, por exemplo, que nos EUA há mais de uma centena de patentes à base de material genético brasileiro"

gicas e prioritárias de investimentos.

BC&D - Vários organismos geneticamente modificados - OGM's já foram e estão sendo liberados pelo Governo Brasileiro para testes de campo e, em breve, estarão no mercado. Sendo o Brasil detentor dessa megabiodiversidade, o senhor vê os OGM's como um risco potencial para os nossos ecossistemas?

Eduardo Martins - A maior causa da extinção de animais no mundo inteiro é a introdução de fauna exótica e, certamente, os novos organismos podem representar riscos às espécies silvestres. Mas, isso não significa que devemos adotar uma postura dogmática com relação aos OGM's, o que seria um reativismo sem fundamento. Eu acho que é importante avaliar e controlar a interação dos organismos modificados com o ambien-

te, o que já vem sendo feito pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBIO, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

BC&D - A mídia denuncia com frequência que vários produtos oriundos da flora e fauna brasileiras estão sendo ilegalmente levados para o exterior e, em muitos casos, patenteados - é a chamada biopirataria. Como o Ibama reage a essas denúncias e se existem mecanismos legais para o cancelamento dessas patentes?

Eduardo Martins - Não, não há como cancelar as patentes. Mas, nós estamos trabalhando em duas linhas. A primeira, envolve o levantamento de quantas e quais espécies de origem brasileira se destinaram a patentes no exterior. Nós sabemos, por exemplo, que nos EUA há mais de uma centena de patentes à base de material genético brasileiro. A segunda é a participação na elaboração de um Projeto de Lei, em conjunto com outros setores do Governo, de acesso a recursos genéticos, de autoria da Senadora Marina Silva, que está tramitando no Congresso Nacional. Nós achamos que o Projeto de Lei é fundamental porque atende a um item da Convenção da Biodiversidade, que é organizar e disciplinar de maneira rigorosa a questão do acesso a recursos genéticos. Um ponto difícil do Projeto é criar mecanismos de remuneração ao conhecimento dos povos da floresta; e isso depende de uma postura empresarial ética. Além disso, temos trabalhado em parceria com o CNPq e outras instituições para ampliar a nossa capacidade de controle e fiscalização. Já conseguimos impedir a saída ilegal de materiais do país, mas temos que agir com muita cautela, visto que boa parte do material é utilizado para fins de pesquisa. Por fim, esperamos que haja um compromisso moral por parte de quem está levando o material.

BC&D - Recentemente, 15% do estado de Roraima foram devastados por queimadas, o que em muito prejudicou a biodiversidade da Amazônia e revelou que o Governo Brasileiro não está preparado para enfrentar essas catástrofes. Que lições o Ibama tirou desse episódio e como está se preparando para evitar e enfrentar situações semelhantes no futuro? Eduardo Martins - A tragédia foi menor do que a anunciada. O que aconteceu em Roraima

foi o somatório de dois fatores: o "El Niño" e a migração excessiva para aquele estado em busca de terra. Além disso, o estado passava por um período de seca, nunca antes verificado na história, e ventos de até 100 km/h. É uma região mista de savanas e florestas de transição, com um grande número de assentados, que praticam agricultura de subsistência fazendo uso de queimadas. Essa situação gerou uma emergência e aí vem a primeira lição: o Brasil não tem mentalidade de emergência. Não é só o Governo que não está preparado para enfrentar emergências, a sociedade civil também. É fundamental que o Brasil crie uma mentalidade de emergência. Na cidade do México, por exemplo, qualquer criança de sete ou oito anos sabe como enfrentar um tremor de terra. A segunda lição é que a Amazônia pode queimar. Antes das chuvas, nós já havíamos identificado mais de 40 frentes de incêndio na região. Dessas 40, 10 já tinham sido controladas por mais de dois mil homens, que foram mobilizados, e 13 helicópteros, o que consumiu em um mês R\$ 10 milhões. Isso significa dizer que mesmo se não tivesse chovido, nós teríamos controlado o incêndio. Uma das medidas que tomamos para evitar novas catástrofes foi reunir cinco especialistas do serviço florestal americano e canadense, além de autoridades da agência governamental norte-americana de combate a fogo. O curioso é que apesar de todas as críticas da opinião pública, o nosso trabalho de combate ao incêndio foi muito elogiado por esses especialistas e autoridades, especialmente por não ter havido perdas de vidas humanas durante a operação e pelo reduzido prejuízo patrimonial de R\$ 17 milhões.

BC&D - Que políticas e medidas o Ibama desenvolve para a conscientização dos nossos jovens em relação à preservação do meio ambiente?

Eduardo Martins - A primeira medida que temos desenvolvido é a especialização das pessoas que atuam na área de educação ambiental, em conjunto com a UnB - Universidade de Brasília, por exemplo, não só para o nosso pessoal, como também para pessoas de fora. A segunda é que em toda

"Não é só o Governo que não está preparado para enfrentar emergências, a sociedade civil também. É fundamental que o Brasil crie uma mentalidade de emergência"

atividade de fiscalização e controle do Ibama, nós inserimos o componente educativo. Outra linha é a produção de material didático-pedagógico, que é utilizado nas salas-de-aula. Isso é fruto de uma revisão curricular feita pelo Ministério da Educação - MEC, que incluiu questões ambientais e éticas nos currículos escolares, para todos os níveis. Nós temos também um trabalho em parceria com a Xuxa, através da distribuição de carteiras de "defensores da natureza" para as crianças durante os seus programas. Além disso, temos em cada estado um núcleo de educação ambiental, com pessoas treinadas e capacitadas para potencializar o componente educação ambiental em todas as unidades da Federação.

"Há também uma tentativa de iniciar um programa para redução do consumo de agrotóxicos no país, que vai começar pela fruticultura do nordeste"

BC&D - O Brasil gasta mais de U\$ 2 bilhões anualmente com a utilização de defensivos agrícolas nas lavouras. Qual o papel do Ibama na liberação, registro e licenciamento desses produtos?

Eduardo Martins - O Ibama, juntamente com o Ministério da Agricultura e o Ministério da Saúde, é uma das partes responsáveis pela liberação desses produtos pela dimensão ambiental, ou seja, a relação desses produtos com a natureza. Esse é um procedimento que na minha avaliação ainda é muito cartorial, que temos tentado melhorar do ponto de vista de tempo e rotinas, inclusive otimizando, quando é possível, a informação disponível na literatura. Em suma, na minha opinião, o sistema tende a melhorar à medida em que as pessoas deixem as escritaninhas e vão para o campo, testar os produtos. Temos pensado em criar um sistema de monitoramento, através do qual será possível avaliar o efeito de longo prazo desses produtos em condições reais. Há também uma tentativa de iniciar um programa para redução do consumo de agrotóxicos no país, que vai começar pela fruticultura do nordeste, já que muitas vezes partidas de frutas são recusadas pelo alto índice ou má utilização de agrotóxicos. O mesmo será feito com a soja em outras regiões do país.

BC&D - O Brasil tem sido porta de entrada de várias pragas agrícolas. Considerando os riscos que representam para a flora brasileira, o Ibama faz estudos de monitoramento e tem alguma participação na Defesa Fitossanitária do Ministério da Agricultura?

Eduardo Martins - Não. E isso é uma lacuna. Eu tenho informações de que nos últimos 10 anos, mais de 40 pragas entraram no Brasil, sem que no entanto ninguém se preocupe com o impacto dessas pragas na natureza. Nós esperamos poder ter uma aproximação maior com a Defesa Fitossanitária, uma vez que estamos fechando escritórios do Ibama que não tem nada a ver com a nossa missão e nos organizando para ficarmos próximos às questões que são de nossa atribuição permanente, como é o caso do controle do trânsito de material genético em portos, aeroportos e fronteiras. Aliás, a nossa interação não deve ser feita apenas com a Defesa Fitossanitária, mas também com a Receita e a Polícia Federal.